CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 2: Teoria Política

O PROCEDIMENTALISMO NA TEORIA DEMOCRÁTICA: AS VISÕES DE HANS KELSEN, JOSEPH SCHUMPETER E ANTHONY DOWNS

Renata Priscyla Carolina de Oliveira – PUC/Goiás
renatapriscylla@hotmail.com

João Pedro Tavares damasceno – UFG
tavaresgyn@gmail.com

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG
mma_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova – UFG
anapcristal@gmail.com

Têm-se conhecimento que a democracia surgiu na Antiguidade, tendo como berço a Grécia Antiga. Seu conceito original é o de governo do povo, que veio sendo reformulado através dos tempos. Posteriormente, teóricos como Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, Weber, Marx, John Stuart Mill, entre outros, deram importantes contribuições aos estudos sobre o sistema democrático, em um período revolucionário tanto na Europa como nas Américas, incluindo temas como a liberdade, a igualdade, economia e sistemas de governo à discussão. Houve ainda, a ascensão dos pensamentos liberais que influenciaram na propagação do sistema democrático posteriormente e em sua respectiva (re) formulação, havendo também uma mudança brusca nos modelos de produção econômica e na divisão do trabalho a nível internacional, onde ascendia o capitalismo burguês.

Contemporaneamente, as características e estruturação do sistema democrático moderno têm gerado uma série de discussões, agregando vários temas como o procedimentalismo (práticas democráticas), o pluralismo (participação e inclusão dentro da democracia), a ação coletiva (estudos sobre os comportamentos sociais coletivos e busca de objetivos comuns), o liberalismo igualitário e inclusivo (que perpassa a questão da justiça para instituições e indivíduos e da igualdade jurídica e de acessibilidade), questões republicanas e sobre participação popular e ativismo político (que aborda temas como revoluções, direitos fundamentais, apatia política, entre outros), deliberação política (referente à inclusividade do sistema democrático e ligados às justificativas das decisões tomadas pelos cidadãos), teorias regionalistas sobre democracia (que adaptam estudos sobre democracia às realidades locais), dentre outros.

Para efeito desse estudo, centraremos a análise nas questões procedimentalistas, onde os estudos desenvolvidos por Hans Kelsen (1881-1973), Joseph Schumpeter (1883-1950) e Anthony Downs (1930-1977) darão respaldo teórico ao escrito. Trata-se de um texto teórico-argumentativo, onde procuraremos demonstrar alguns pontos que ligam os três autores à corrente procedimentalista da democracia, levantando pontos relevantes das contribuições dadas por eles à discussão.

INTRODUÇÃO

O procedimentalismo democrático muitas vezes se concentra em analisar os processos que compõem a prática (funcionamento) democrática (como formação de governos, funcionamento das instituições, participação popular, manutenção das garantias fundamentais da existência humana, entre outros pontos).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Com vista a indicar o ponto objetivo do procedimentalismo, Habermas (2011, p.183) afirma que “o paradigma procedimentalista do direito procura proteger, antes de tudo, as condições do procedimento democrático”, o que implica que a qualquer momento um determinado tema poderá ser debatido na esfera pública política, desde que este seja aceito pela opinião pública, tanto por parte de um parlamento quanto por parte da administração.

Para Habermas (2011), o núcleo procedimentalista seria a mediação recíproca entre a soberania do povo, institucionalizada juridicamente, e a não institucionalizada.

Dada uma breve definição sobre procedimentalismo, cabe destacar que alguns pensadores ofereceram também importantes contribuições sobre os estudos procedimentalistas, como Kelsen (2000), Schumpeter (1961) e Downs (1999), objetos desse estudo. Com vistas a enriquecer a discussão apresentada neste trabalho, será feito o desenvolvimento textual, abordando os tópicos propostos e analisando os levantamentos teóricos desenvolvidos por estes autores, sob um olhar crítico. Utilizou-se na realização deste trabalho o método qualitativo, que prevê a revisão bibliográfica, através do estudo dos textos científicos pertinentes ao tema, na busca de se abordar de forma clara o tema proposto.

PROCEDIMENTALISMO E DEMOCRACIA EM HANS KELSEN

Uma das maiores contribuições de Hans Kelsen à Teoria democrática foi sua obra intitulada “A Democracia”, uma coletânea de artigos organizados e publicados postumamente. Em Kelsen (2000), a democracia não deve ser limitada em sua acepção clássica de governo do povo, pois muitas vezes essa concepção não funciona como um “governo para o povo”, podendo este conceito ser aplicado inclusive a uma outra forma de governo que não seja uma democracia, mas que direcione suas políticas em ações para o povo.

Para o autor, não existe também uma definição formulada de vontade do povo, estando esta condicionada ao nível individual, além de que o povo não teria capacidade para distinguir uma demanda comum de uma vontade particular, mesmo se esta existisse, dado o fato de que a concepção de interesse comum é levada sempre ao nível pessoal. Seguindo essas premissas, os próprios governos, de maneira geral, se intitulam como defensores dos interesses do povo e da vontade coletiva, o que nem sempre é verdade.

Em Kelsen (2000), a democracia se caracteriza como um sistema de governo onde se é possível a participação popular, de forma direta ou de representativa, elegendo

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

seus representantes através do sufrágio universal, igualitário, livre e secreto. Essa participação, direta ou indireta, dos governados no governo são o que constituem processos (procedimentos) para Kelsen e dessa forma o conceito de “governo do povo” adquire caráter processual.

Conforme o autor, o governo pode ser exercido por um ou mais grupos de indivíduos, por assembleias populares organizadas ou câmaras ou ainda por somente um membro da sociedade popularmente eleito. Entretanto, essas lideranças têm seus poderes restritos para que se preservem as liberdades individuais e para que não haja usurpação do poder conferido ao povo. Essa limitação no poder dos governos surgiu em decorrência das reformulações que o liberalismo político imprimiu ao conceito de democracia, criando o conceito de democracia liberal (KELSEN, 2000).

Kelsen (2000), portanto, cria uma significação na qual se mesclam os conceitos de governo do povo e governo para o povo, onde o sistema democrático se caracteriza como um sistema político que promove o ordenamento social, criado e aplicado pelos indivíduos comandados pela ordem pré-estabelecida pelos mesmos, onde é preservada a liberdade política individual e garantidas algumas liberdades como a de consciência e de imprensa.

Já a concepção de democracia de Schumpeter é um tanto quanto diferente da de Kelsen.

A TEORIA DEMOCRÁTICA E O PROCEDIMENTALISMO EM SCHUMPETER

O economista Joseph Schumpeter acabou por se destacar dentro da Ciência Política moderna por ser o primeiro pesquisador que iniciou estudos sobre o conceito de democracia utilizando-se de bases mais pragmáticas e realistas, se tornando referência para novos estudos e discussões, como as elaboradas por Anthony Downs (1999) e Robert Dahl (2005). O autor é interpretado dentro da ciência política como sendo teórico da corrente minimalista da Teoria Democrática.

Conforme o autor, a definição clássica de democracia no século XVIII é a de que esta é “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realiza o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (SCHUMPETER, 1961, p. 305). Como crítica direta a esse conceito, que o autor associa ao utilitarismo, o autor levanta que não existe uma definição de bem comum pré-determinada e maciçamente aceita, o que implica a não-existência de uma vontade comum e mesmo que esta existisse de forma

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

suficientemente elaborada, os casos desviantes a nível individual não seriam satisfatoriamente solucionados, semelhante a definição de vontade comum de Kelsen. Dessa forma, como não existe uma vontade comum, que pudesse se transformar em bem comum (legitimamente aceito), também não seria possível se formular decisões políticas especificamente direcionadas.

Para o autor, a definição clássica de democracia é similar à religião, desprovida de uma base lógica, utilizada para justificar fatos históricos ocorridos por motivações adversas. É uma arena onde os representantes políticos ainda consideram atraente a definição de “defensores da vontade popular”, mesmo que esses persigam objetivos egoístas enquanto estão no poder (como evitar as responsabilidades e esmagar os adversários), o que faz com que essa conceituação persista ao longo dos tempos. Destaca ainda que a vontade individual não é fator importante, pois os indivíduos por si só não são capazes de identificar claramente suas vontades, que muitas vezes são influenciadas pelas formulações e discursos políticos. Mesmo se o cidadão soubesse com clareza qual sua vontade, não se geraria uma vontade comum dentro do processo democrático (SCHUMPETER, 1961).

Schumpeter (1961) apresenta a visão de que o governo não deve ser conduzido pelo povo, mas sim aprovado pelo povo, não sendo sustentável a ideia de que o povo deve exercer o governo, a não ser em pequenas comunidades, pois o autor trabalha com a ideia de que os indivíduos comuns não agem racionalmente, além de não possuírem interesses por temas de política. Para ele, não há critérios universais que delimitam o que se entende por povo, já que isto depende de cada sociedade, dadas suas especificidades. Entretanto, o próprio autor considera que essa definição não é uma solução para a questão na qual o povo governa, pois um governo autoritário também pode ser aprovado pelo povo, se tornando um caso desviante. Segundo Schumpeter (1961), o exercício da democracia por parte dos cidadãos consiste em formar governos que os liderem e tomem as decisões políticas, uma vez que o cidadão comum não possui conhecimento de política, cabendo-lhes o controle dos governantes através da possibilidade de reeleição, onde estes oferecem ou retiram o apoio popular. Isso pode ocorrer de forma direta (em sistemas presidencialista) ou através da eleição de um Parlamento (que recebe do povo a atribuição de formar o governo, em sistemas Parlamentaristas). Através dessa definição, podemos classificar a teoria Schumpeteriana como procedimentalista, dado o enfoque no método de escolha de governantes, assegurando a prática democrática. É agregado ainda o conceito de que cada cidadão

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

equivale a um voto, o que caracteriza a igualdade política em Schumpeter, princípio também utilizado por outros autores, como Downs (1999) e Dahl (2005).

Dessa forma, conforme Schumpeter (1961, p. 329) pontua que,

[...] Nossa teoria, não é, naturalmente, mais definida do que o próprio conceito de luta pela liderança. Esse conceito apresenta dificuldades semelhantes ao conceito de concorrência na esfera econômica, com a qual pode ser utilmente comparado. A concorrência jamais está completamente ausente da vida econômica, mas raramente é perfeita. Da mesma maneira, há sempre alguma concorrência na vida política, embora talvez apenas potencial, pelo apoio do povo. No intuito de simplificar o caso, limitamos esse tipo de concorrência, que definirá a democracia, à livre concorrência livre pelo voto livre. Essa ação justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade.

O autor, portanto, entende a democracia como um sistema institucional onde são tomadas as decisões políticas, onde o indivíduo (líder) adquire o poder de definir as políticas adotadas, mediante competição pelos votos dos eleitores, tendo em vista se manter no poder. Ao reconhecer a importância das lideranças, Schumpeter destaca que a teoria clássica conferiu importância demasiada à iniciativa popular, afirmando ainda que possam, sim, surgir vontades coletivas autênticas, que precisam ser organizadas e se tornar programas de ação através de uma liderança (SCHUMPETER, 1961).

Advoga ainda que apenas pessoas capacitadas devem participar da formação de governo, constituindo um grupo seletivo, distinto dos cidadãos comuns, o que permite que Schumpeter seja diretamente ligado à corrente neolibertária da Ciência Política. Segundo o mesmo, o princípio da democracia é o de que o governo deve ser dirigido por aqueles que conquistaram maior apoio político em relação aos adversários. Mesmo que o governo seja composto por pessoas capazes, a representação delegada aos políticos eleitos não os obriga a fazer o que seu eleitorado gostaria, inclusive porque a vontade desse grupo de eleitores diverge. A liberdade em Schumpeter (1961) é caracterizada pela possibilidade de concorrência livre pelo apoio dos eleitores (voto livre)¹²³, o que estabelece a relação entre democracia e liberdade individual. A existência da liberdade de concorrência pelos votos é responsável também por garantir considerável liberdade de expressão à todos e liberdade de imprensa. Entretanto, a visão de liberdades democráticas em Schumpeter não abrange algumas condições para a existência de um

¹²³ Schumpeter estabelece cinco pré-condições que garantiriam que as eleições fossem livres e competitivas, gerando um regime democrático. Primeiro, uma liderança preparada; segundo, o leque das decisões públicas não deve ser excessivo; terceiro, uma burocracia bem treinada, com prestígio social e de *esprit de corps*; quarto, o “autocontrole democrático”, ou seja, a necessidade de os líderes políticos aceitarem as medidas legalmente instituídas pelas autoridades competentes. Por fim, a tolerância política (GAMA NETO, 2011)

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

modelo democrático, o que a tornaria uma visão submínima de democracia, ultrapassando o minimalismo, o que pode ser considerado um ponto negativo aos estudos sobre democracia e participação política, constituindo ainda um ponto de crítica nas teorias sobre qualidade da democracia. Conforme o autor, a luta pela liderança política acaba por tornar desnecessário o sistema de representação proporcional, pois não se demanda que a vontade da maioria esteja representada, dado o modelo schumpeteriano, sendo que, ao contrário do esperado, o sistema proporcional dificulta a formação de governos estáveis e eficientes.

Para Schumpeter (1961), o Parlamento e os partidos políticos tem papel limitados, dada a redução do processo democrático a disputa por apoio popular (voto). Ao Parlamento é delegada a capacidade de apoiar ou retirar o apoio ao líder de governo em cada votação, onde o papel legislativo não cabe a este órgão, nem os papéis de fiscalizar as contas do governo e participar da formulação de orçamentos de governo. Os partidos políticos, outra importante instituição no sistema democrático, também assume papel minimalista, sendo caracterizados como grupos ou espaços onde os membros que o compõem agem de forma competitiva na disputa pelo poder, conforme normas e regulamentos que lhes são próprios, e que estes não perseguem o bem estar público, delimitado por princípios comuns.

Assim como em Downs, Schumpeter advoga a ideia de que os governos tem a intenção de se manter no poder. Entretanto, na ciência política considera-se que Downs ofereceu avanços a teoria Schumpeteriana, incluindo ainda aspectos ligados à racionalidade da escolha e ao procedimentalismo democrático.

DOWN'S: A TEORIA ECONÔMICA DA DEMOCRACIA E A ESCOLHA RACIONAL

Anthony Downs (1999) assumiu em sua obra “Uma Teoria Econômica da Democracia” que a teoria econômica não delegava a importância aos atributos que são intrínsecos aos governos nos estudos sobre democracia, nem estipulava regras para uma conduta racional destes, o que não era considerado nos cálculos sobre tomada de decisões a nível privado. A partir desta constatação o autor se propõe a estabelecer padrões de comportamento para o governo democrático e apontar suas implicações. Baseado no pensamento econômico de que o homem exibe padrões de comportamento e que estes agem racionalmente com o intuito de atingir seus objetivos conscientes, Downs coloca que se torna possível fazer previsões, cálculos, comparações pautadas na racionalidade e na razoabilidade sobre qual a melhor maneira de se atingir tal objetivo,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

readaptando esse conceito à análise dos governos, procurando desenvolver “uma regra de comportamento generalizada, porém realista para um governo racional” (DOWN, 1999, p.25).

Conforme Downs (1999), para a teoria econômica, a racionalidade¹²⁴ implica na escolha dos meios mais eficientes para que sejam atingidos os objetivos traçados (que para Downs se concentram nas dimensões política e econômica). Para tanto, faz-se necessária a identificação dos objetivos e a partir disto, selecionar os meios mais razoáveis para que estes sejam alcançados, de forma mais lucrativa possível. Outro ponto importante é que a análise de Downs adota a concepção de que os indivíduos buscam seu interesse próprio, não negando o fato de que pode haver ações altruístas na política. Para Downs, é fundamental para que o comportamento racional ocorra, o estabelecimento de uma ordem social previsível e estável, que é possibilitada pelo governo que está no poder¹²⁵, construindo a ordem social, o que depende do funcionamento eficaz do sistema político, sendo a racionalidade a condicionante desse processo. Para tanto, as eleições, em sua função política, devem selecionar um governo de modo eficaz, um dos pontos do procedimentalismo de Downs¹²⁶.

Em Downs (1999), o governo é tratado como um agente social específico impar que possui a função especializada na divisão do trabalho, cabendo-lhe ordenar a política e a economia, em um cenário de incertezas, dados os custos de se obter informações sobre os grupos concorrentes, sendo, portanto, um agente separado dos seus cidadãos. Apesar de considerar que outras formas de governo podem proporcionar a ordem e as bases para a ação racional, a teoria downseniana se concentra em estudar o regime democrático. Downs entende que um governo democrático apresenta algumas características que o distingue dos demais, sendo elas:

- 1) Um único partido (ou coalizão de partidos) é escolhido por eleição popular para gerir o aparato de governo.

¹²⁴ Não há razão *a priori* para presumir que esse ordenamento é racional, isto é, razoavelmente dirigido para a realização de objetivos conscientes. Entretanto, a teoria econômica se erigiu sobre a suposição de que prevalece a racionalidade consciente, apesar das ácidas afirmações contrárias de homens como Thorstein Veblen e John Maurice Clark. Já que nosso modelo *ex definitione* diz respeito ao comportamento racional, temos também que fazer essa suposição (DOWNS, 1999, p. 26).

¹²⁵ Para o autor, todo governo busca maximizar o apoio político e se manter no poder, através da reeleição. Sendo este o objetivo primordial dos governos torna-se possível identificar quais os meios mais eficientes de conseguiu-la. Já os grupos adversários buscam ascender ao poder (DOWNS, 1999).

¹²⁶ Downs adota a definição de governo expressas por Dahl e de Lindblom, onde “Os governos são [...] organizações que têm um monopólio suficiente de controle para impor uma resolução ordeira de disputas com outras organizações na área [...] Quem quer que controle o governo geralmente tem a ‘última palavra’ sobre uma questão; quem quer que controle o governo pode impor decisões a outras organizações na área” (DAHL; LINDBLOM 1953 apud DOWNS, 1999, p. 44).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- 2) Essas eleições são realizadas dentro de intervalos periódicos, cuja duração não pode ser alterada pelo partido no poder agindo sozinho.
- 3) Todos os adultos que são residentes permanentes da sociedade, são normais e agem de acordo com as leis da terra são qualificados para votar em cada uma dessas eleições.
- 4) Cada eleitor pode depositar na urna um e apenas um voto em cada eleição.
- 5) Qualquer partido (ou coalizão) que receba o apoio de uma maioria dos eleitores tem o direito de assumir os poderes de governo até a próxima eleição.
- 6) Os partidos perdedores numa eleição não podem jamais tentar, por força ou qualquer meio ilegal, impedir o partido vencedor (ou partidos) de tomar posse.
- 7) O partido no poder nunca tenta restringir as atividades políticas de quaisquer cidadãos ou outros partidos, contanto que eles não façam qualquer tentativa de depor o governo pela força.
- 8) Há dois ou mais partidos competindo pelo controle do aparato de governo em toda eleição (DOWNS, 1999, p. 45).

Como os governos detém o monopólio da política econômica e sobre a formulação de orçamentos, procurando atingir seu objetivo intrínseco de maximizar seu apoio político, estes gastam as verbas públicas com o intuito de conseguir votos, e continuam os gastos até que consigam igualar ou ultrapassar a perda de votos decorrentes dessa desses investimentos. Downs coloca que, em situações de certeza a estratégia ótima que devem ser tomadas pelo governo é aquela que recebe o maior apoio popular, o que não garante a reeleição, no entanto.

Dado o fato de que as preferências dos grupos majoritários nem sempre prevalece, sobretudo quando se trata de questões específicas, pois a oposição pode organizar uma coalização de dissidentes e vencer as eleições, explorando os pontos onde a visão minoritária prevalece ou ainda o grupo majoritário pode não ter uma posição claramente definida, Downs (1999) advoga que nos dois casos a queda do partido governante se dá pela ausência de um consenso forte no eleitorado, ou pela lei da ação e reação, onde a oposição aguarda a ação governamental para tomar um posicionamento, o que é parte fundamental do jogo político. Em sistemas bipartidários, entretanto, os grupos majoritários apoiam as políticas de um governo preferencial de forma mais substancial, onde prevalecem sobre os grupos minoritários.

Ainda cabe ao governo a elaboração do orçamento, onde estes podem adotar duas estratégias, segundo Downs (1999): (1) avaliar cada ação separadamente e adotar as opções que mais agradam os eleitores, separando das opções que os possam irritar; (2) avaliar cada um dessas ações como parte de seu plano de gastos para todo o mandato, adotando as opções que, no conjunto, renderão mais votos. Essas ações são tomadas com vistas a satisfazer as expectativas do eleitorado. Uma relação de interdependência surge, portanto, quando o governo toma ações com vistas a conseguir

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

se manter no poder e a população avalia essas ações para decidirem seu voto nas eleições subsequentes, sistema que retroalimenta o funcionamento da democracia.

Na teoria downseniana, três grupos tem fundamental relevância para o sistema democrático, sendo eles os partidos políticos (que forma o governo), os indivíduos e os grupos de interesse. O autor parte da definição de que os partidos são equipes de homens com objetivos e preferências comuns, que buscam controlar o governo, através da obtenção de cargos públicos nas eleições, onde os objetivos fundamentais destes é conseguir renda, prestígio e poder e pela emoção do jogo político. Para esses partidos, o poder é um fim, e não um meio de implantar políticas, dados os objetivos dos membros do partido, vinculados aos objetivos de governo (permanecer no poder, conservando a renda, o prestígio e o poder). Considera-se que as políticas são, portanto, instrumentos para se atingir objetivos privados, concentrados nas mãos dos políticos eleitos. Conforme, “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (DOWNS, 1999, p. 50).

Dessa forma, a função social do governo é exercida acidentalmente, pois estas geralmente são alcançadas quando beneficiam os membros do partido governante, que perseguem fins privados e egoísta, ideia inspirada em Schumpeter. Há uma combinação no modelo downseniano dos objetivos formais dos partidos (criar e executar políticas governamentais) com os interesses privados de seus membros e associados¹²⁷. Outra esfera abordada por Downs é a questão do indivíduo. Conforme a teoria da escolha racional, em um ambiente onde o eleitor racional recebe informações completas e sem custo, vota segundo as seguintes preferências: (1) compara os ganhos decorridos do atual governo com o que poderia ganhar caso o adversário governasse, formulando suas preferências; (2) em um sistema bipartidário, elege seu partido preferencial. Caso o sistema seja multipartidário, (a) vota em seu partido, caso tenha boas chances, (b) vota em outro partido bem cotado, caso o seu preferido não possua chances de vencer, buscando fazer oposição aos que apoia menos ou (c) vota no partido de sua preferência, mesmo que este não possua chances de vencer, com o intuito de o fortalecer futuramente; (3) se o partido no poder está empatado com pelo menos um partido de oposição e o eleitor não consegue estabelecer uma preferência, (a) caso as plataformas ou políticas atuais sejam diferentes, se abstêm ou (b) caso os partidos têm plataformas e políticas atuais idênticas, compara o desempenho do ocupante do governo com o de

¹²⁷ O interesse pessoal dos políticos é limitado, porém, a duas condições: (1) os políticos não podem cometer atos ilegais (aceitar suborno, se corromper, utilizar-se de sua atribuição para violar a constituição; (2) este não pode tentar prejudicar ou se aproveitar de outros membros do partido (DOWNS, 1999).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

seus antecessores e vota no partido governante se fez um bom trabalho, vota contra ele caso tenha feito um mau trabalho e abstém-se caso o desempenho não seja bom nem mau (DOWNS, 1999).

Outro importante agente que toma decisões políticas são os grupos de interesse, como corporações, sindicatos, associações (agindo como grupos de *lobby*, no sentido estadunidense). Estes perseguem objetivos egoístas e sua racionalidade se encontra justamente na perseguição de interesses próprios (DOWNS, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos constatar, o procedimentalismo democrático se caracteriza por uma atenção especial aos processos democráticos, como a eleição e formação de governos, ponto de destaque nos escritos de Kelsen, Schumpeter e Downs.

Discussões sobre a formação de governos e das práticas políticas, caracterização e definições do que é entendido como democracia, bem como requisitos mínimos para que esta possa funcionar corretamente são pontos-chave no trabalho apresentado. Outros fatores recorrentes são a governabilidade, a participação dos governados no governo, vontades coletivas versus vontades individuais, dentre outros temas polêmicos, que são parte dos estudos desenvolvidos pelos autores trabalhados.

Apesar de se tratar de três obras substancialmente diferentes, vários pontos em comum podem ser detectados ao longo dos três autores, incluindo o ponto central de discussão nos três escritos: o sistema democrático e seu funcionamento. A partir dessa análise, puderam-se constatar algumas contribuições das teorias ligadas ao procedimentalismo democrático à Ciência Política. Com o intuito de fomentar o saber e gerar discussão pertinente ao tema, os pontos levantados se mostraram oportunos, dado que a democracia é uma pauta de discussão que não se esgota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo. EdUSP, 2005.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo EdUSP, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade**. Vol. 2. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2011.
- KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Minimalismo Schumpeteriano, Teoria Econômica da Democracia e Escolha Racional**. *In*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 27-42, fev. 2011. [Online]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a03.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2013.